



Cooperativismo e o processo de desenvolvimento territorial da região Noroeste do Rio Grande do Sul

Nelson José Thesing¹
Airton Rodrigues da Silva²
Pedro Luís Büttenbender³
Sérgio Luis Allebrandt⁴

Submissão: 10/12/2021

Aceite: 18/03/2022

Resumo

O artigo aborda a contribuição das experiências cooperativistas, na formação e no desenvolvimento do território, na região Noroeste do Rio Grande do Sul. Parte do princípio de que essas experiências cooperativadas ocorreram de forma mais intensa em dois momentos históricos, nos séculos XVII e XVIII, com as Reduções Jesuítico-Guaranis e no século XX, com o processo de colonização dos descendentes de europeus. Desta forma, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar as contribuições do cooperativismo no processo de desenvolvimento da região, ao verificar os múltiplos olhares sobre o território e as territorialidades. Busca-se compreender os elementos que compõem as comunidades locais, a formação histórica dos sujeitos que transformam a região, contemplando as diferentes culturas: nativos, caboclos e europeus. Os fatores endógenos e exógenos no desenvolvimento possuem os aportes do cooperativismo. Para responder aos desafios, o estudo conta com a pesquisa bibliográfica, documental, descritiva, qualitativa, análise de conteúdo. Os achados da pesquisa indicam que os princípios do cooperativismo moderno, sistematizados pelos Pioneiros de Rochdale, são possíveis de serem identificados na cultura regional, séculos antes do movimento de Rochdale, em virtude das fortes influências jesuíticas. No entanto, a formação e o desenvolvimento da região, apresenta conflitos não só entre as culturas, mas fundamentalmente pelo processo da divisão social do trabalho, categoria que se move em todas as escalas, o que desafia a compreensão das heterogeneidades, hierarquias e especializações intra e inter escalas. Por outro lado, a pesquisa identificou as organizações de associações e cooperativas na região, como agentes de mediação entre a sociedade e a natureza, ente o mercado e o Estado, pela busca permanente do desenvolvimento regional.

Palavras-chaves: Território, Cooperativismo, Desenvolvimento Regional.

Cooperativism and the territorial development process of the Northwest region of *Rio Grande do Sul*

Abstract

The article discusses the contribution of cooperative experiences in the formation and development of the territory in the Northwest region of Rio Grande do Sul. It assumes that these cooperative experiences occurred more intensely in two historical moments: in the 17th and 18th centuries, with the Jesuit-Guaranis Reductions, and in the 20th century, with the colonization process of European descendants. Thus, the general objective of this research is to analyze the contributions of cooperativism in the region's development process by verifying the multiple views on the territory and territorialities. It seeks to understand the elements that make up local communities, the historical formation of the subjects that transform the region, contemplating different cultures: natives, caboclos, and Europeans. Endogenous and exogenous factors in development have the contributions of cooperativism. In order to respond to the challenges, the study relies on research that is bibliographical, documental, descriptive, qualitative, and of content analysis. The research findings indicate that the principles of modern cooperativism, systematized by

¹ Doutorado em Integração Regional. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). <https://orcid.org/0000-0001-7123-0717> E-mail: nelson.thesing@unijui.edu.br

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIJUÍ. E-mail: airton-rs@hotmail.com

³ Doutorado em Administração. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIJUÍ. <https://orcid.org/0000-0002-7011-8552> E-mail: pedrolb@unijui.edu.br

⁴ Doutorado em Desenvolvimento regional (UNISC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIJUÍ. E-mail: allebr@unijui.edu.br

the Rochdale Pioneers, are possible to be identified in the regional culture, centuries before the Rochdale movement, due to heavy Jesuit influences. However, the formation and development of the region present conflicts not only between cultures but also due to the process of the social division of labor, a category that moves at all scales, which challenges the understanding of intra- and inter-scale hierarchies and specializations. And inter-scale. On the other hand, the research identified the organizations of associations and cooperatives in the region as mediation agents between society and nature, between the market and the State, in the permanent search for regional development.

Keywords: Territory; Cooperativism; Regional Development

El cooperativismo y el proceso de desarrollo territorial en la región Noroeste de Rio Grande do Sul

Resumen

El artículo discute la contribución de las experiencias cooperativistas en la formación y desarrollo del territorio en la región noroeste de Rio Grande do Sul. Se asume que estas experiencias cooperativas se dieron con mayor intensidad en dos momentos históricos, en los siglos XVII y XVIII, con las reducciones Jesuitas-Guaraníes y en el siglo XX, con el proceso de colonización de la descendencia europea. Así, el objetivo general de la investigación es analizar los aportes del cooperativismo en el proceso de desarrollo de la región, verificando las múltiples visiones sobre el territorio y las territorialidades. Se busca comprender los elementos que componen las comunidades locales, la formación histórica de los sujetos que transforman la región, contemplando diferentes culturas: nativos, caboclos y europeos. Factores endógenos y exógenos en el desarrollo, en particular, el principio rector del cooperativismo. Para responder a los desafíos, el estudio se apoya en investigaciones bibliográficas, documentales, descriptivas, cualitativas y de análisis de contenido. Los hallazgos de la investigación indican que los principios del cooperativismo moderno, sistematizados por los pioneros de Rochdale, pueden identificarse en la cultura regional, siglos antes del movimiento Rochdale, debido a las fuertes influencias jesuitas. Sin embargo, la formación y desarrollo de la región presenta conflictos no solo entre culturas, sino fundamentalmente por el proceso de división social del trabajo, categoría que se mueve en todas las escalas, que desafía la comprensión de las heterogeneidades, jerarquías y especializaciones intra e interescales. Por otro lado, la investigación identificó a las organizaciones de asociaciones y cooperativas de la región, como agentes mediadores entre la sociedad y la naturaleza, entre el mercado y el Estado, en la búsqueda permanente del desarrollo regional.

Palabras clave: Territorio, Cooperativas, Desarrollo Regional.

1 Introdução

O presente artigo busca compreender as contribuições da organização social, de forma especial, do cooperativismo, na formação das características territoriais da região Noroeste Gaúcho, partindo do pressuposto que o território é construído pela ação direta da sociedade, em suas múltiplas formas de organização. Assim, busca-se analisar a região, em que a constituição social resulta de um encontro de várias culturas, entre elas, a nativa, cabocla, as europeias, mediada pela religiosidade, por relações sociais de trabalho coletivo, que se consolidam em uma prática, que transcende vários períodos históricos, se efetivam na região com características peculiares.

Estudos realizados que se aproximam da temática e contribuem com as abordagens preliminares, destacando-se Büttenbender (1995), Büttenbender (2010), Rotta, Büttenbender e Hofler (2016), Büttenbender *et. al.* (2020) e Sparemberger *et. al.* (2020). Este estudo, porém,

aprofunda um conjunto teórico-metodológico, agrega várias abordagens não alcançadas pelos estudos anteriores, tornando-o inédito e diferenciado, com uma importante e oportuna contribuição para as ciências que estudam o cooperativismo e o relacionam com a temática do desenvolvimento territorial.

Este estudo considera também estudos convergentes com a temática, porém, relacionadas a outros territórios e ambientes cooperativismo, como destacado: por Fernandes e Karnopp (2017), quando exploram o cooperativismo em sua evolução histórica e as contribuições para os processos organizativos de cooperativas de agricultores familiares; por Botelho et al (2017), quando abordam os aportes a partir da inclusão de pessoas em vulnerabilidade através do cooperativismo e seus aportes ao desenvolvimento; por Ghidorsi et al (2021) quando abordam como o cooperativismo e a economia solidária pode se constituir em alternativa aos problemas dos resíduos sólidos, que geram impactos socioeconômicos e ambientais no desenvolvimento, seja na dimensão local, regional ou territorial; e por Silva e Gazolla (2021) quando exploram as agroindústrias rurais cooperativadas e o desenvolvimento regional com análise na Região Sul do Brasil.

Na primeira parte, o estudo apresenta um conjunto de conceitos que buscam compreender o território. Na sequência caracteriza elementos da organização social, que contribuíram e contribuem no processo de constituição do território, para além do movimento endógeno, como a influência direta e permanente do Estado e do mercado.

No entender de Brandão e Guimarães (2001), o território não é um dado, um ambiente fechado, um sítio fixado, mas sim, uma construção social, que aponta conflitos em suas relações, seja na organização e distribuição da produção, na dinâmica, multidimensional, no movimento histórico em aberto. Ao associar-se com esse entendimento, torna-se possível identificar a construção social e histórica, a importância de recuperar elementos históricos e construir relações entre eles, com possibilidades de compreender as características constituintes da região Noroeste Gaúcho.

Por fim, busca-se as contribuições do movimento cooperativista, na formação e constituição do território, bem como o desenvolvimento social e econômico efetivado ao longo dos anos, que contempla uma abordagem histórica, trilhando os caminhos das experiências cooperativas, em diferentes momentos e contextos, bem como as influências exógenas e endógenas, entre elas, as influências religiosas, econômica ou político-institucional, em suas relações, do homem com a natureza, da relação dos movimentos cooperativistas, com as forças do mercado e do Estado. Por fim, para uma melhor compreensão do objetivo do artigo, o mesmo

está estruturado, além desta introdução, conta com o referencial teórico; caminhos metodológicos; análise e discussão dos resultados; seguido das considerações finais e as referências.

2 Fundamentação teórica

Buscar as fundamentações teóricas que possam contribuir para a compreensão das experiências cooperativista, na região Noroeste Gaúcho, bem como, ter presente o desenvolvimento do território, passa a ser um desafio interessante em um ambiente de pesquisa. Nesta direção, tem-se presente a importância, inicialmente, em verificar as abordagens que contemplam a compreensão dos territórios e territorialidades.

Assim, parte-se do princípio de que os debates acadêmicos, não apresentam um consenso no campo da conceituação, no entanto, se consolida como um campo fértil nas pesquisas. Entre elas, da geografia que dialoga com a sociologia e a história. Entre vários estudos, destaca-se Saquet (2008), que contextualiza a relação espaço-tempo, indicando uma relação dialética: o espaço está no tempo e o tempo está no espaço. Preocupa-se em explicar uma renovação conceitual na geografia, que teve início na década de 1970, alimentado pelo materialismo histórico e dialético, superando positivismo lógico na geografia, de tendência epistemológica centrada no empirismo dos estudos regionais.

No entender de Saquet (2008), uma nova concepção relacional do espaço, se materializa, ao incorporar as relações sociais, como um dos elementos centrais a serem analisados. A partir desta concepção, o autor, traz para discussão o tema da territorialidade, que ganha força a partir de autores como Massimo Quaini (1974 e 1974 a, 2010) Milton Santos (1980, 1996a, 1996b, 1997), Robert David Sack (1986) Eugênio Turri (2002) e Claude Raffestin (1993, 2004 e 2008).

Atenta-se para o conjunto dos autores destacados anteriormente, por não se construírem em caminhos homogêneas, porém, em alguns pontos apresentam convergências. Quaini (2010), indica que o território pode ser considerado como um produto social, construído de forma histórica, econômica, política e cultural, na perspectiva geo-histórica. Nesta direção aponta o autor para a necessidade de construir uma explicação geográfica que considere, conjuntamente, os tempos da natureza e da sociedade. Significa, na compreensão do autor, o espaço e território não são sinônimos.

Já em Santos (1988), os espaços geográficos sofrem influência do capital e do Estado. Assim, para o autor, o espaço é uma realidade relacional, envolvendo a natureza e a sociedade

mediada pelo trabalho. Enquanto, o conceito de território é subjacente, composto por variáveis, como produção, firmas, instituições, os fluxos, os fixos, relações de trabalho. Portanto o autor, supera a dicotomia entre geografia física *versus* geografia humana. Recorta o espaço em territórios sem separá-los, isto é, territórios estão no espaço geográfico.

Já Raffestin (1993), diferente de Santos (1988), não recorta o espaço, mas transforma-o em substrato para a criação do território. Desta forma, sua compreensão é de o espaço geográfico se apresenta como um apoio, substrato, palco preexistente ao território. Por conseguinte, percebe o espaço como natureza, superfície, recursos naturais, enquanto o território é construído a partir da apropriação do espaço, histórico, produto dos atores sociais.

Para Turri (2002), a paisagem é compreendida como materialidade resultante do processo histórico de formação de certo território. Segundo o autor, o território é considerado produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade. Para o autor, território significa apropriação social do ambiente.

Mediante o exposto, percebe-se que o processo de territorialização aponta a necessidade de um determinado tempo, que não é fixo, mas geralmente é de longo prazo. No Brasil existem vários estágios deste processo acontecendo simultaneamente, sendo alguns em fase inicial. É possível verificar na obra de Turri (2002), um italiano que analisa um espaço de ocupação milenar, que aponta vários modos de produção econômica e várias culturas que conviveram ao longo de milênios. Indica uma visão que se diferencia de vários autores, que têm como espaço de observação, entre outros, o Brasil. Aponta, apesar da ocupação humana milenar, os povos originários não tiveram reconhecimento, seus elementos culturais, a ruptura do processo de colonização foi muito impactante, gerando uma falsa impressão da inexistência da historicidade local. Por consequência, as pesquisas receberam essas influências, seja, culturalmente ou politicamente, deixando o processo histórico fragilizado.

Busca-se em Raffestin (2004), outros quatro níveis e situações distintas e complementares: a) território do cotidiano; b) das trocas; c) de referência e, d) território sagrado. São concomitantes e sobrepostos que se caracterizam pelo controle e pelo domínio. São materiais e imateriais e multidimensionais. Em Saquet (2008), a temática presente indica os territórios e as territorialidades sobrepostos, em redes e que os territórios e as territorialidades humanas são múltiplos, históricos e relacionais. Há uma combinação de territorialidades e temporalidades, de mudanças e de continuidades no tempo e no espaço.

Assim, o presente estudo também se atenta para a relação entre território e sociedade, que na compreensão de Sack (1986), sustenta a territorialidade corresponde às ações humanas.

É a tentativa do indivíduo ou grupo para controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações em uma área delimitada. Por isso, é importante destacar a centralidade do homem, na efetivação dos territórios e das territorialidades, como síntese e mediação entre a sociedade e a natureza

Portanto, ao verificar a formação e o desenvolvimento da região, tem-se presente a evolução da origem do cooperativismo, que em um olhar imediatista, se remete aos pioneiros de Rochdale, um grupo de tecelões que em 1844 criaram a primeira cooperativa formal na Inglaterra. Trata-se de uma cooperativa de consumo, que ainda se mantém ativa hoje na cidade de Manchester na Inglaterra. Sua contribuição histórica foi fundamental para a sistematização dos princípios cooperativos, que igualmente se mantém até atualidade, embora com algumas atualizações aprovadas pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e regem o cooperativismo em todo o mundo.

Tem-se presente o protagonismo dos pioneiros de Rochdale, um reconhecimento do movimento cooperativista em nível internacional. No entanto, seu pioneirismo enquanto concepção do ideal cooperativo, de certa forma, é apontado por autores sul americanos que registram experiências cooperativas, que datam de dois séculos anteriores, mais precisamente, nas 30 Reduções Jesuíticas, dentre as quais sete haviam se instalado na região Noroeste Gaúcho. Para Holyoake (1933), esse entendimento por ser comprovado na seguinte afirmativa: “ Logo que seja possível, a sociedade procederá a organização das forças da produção, da distribuição, da educação e do seu próprio governo; ou seja, em outros termos, estabelecerá uma colônia indígena, na qual os interesses serão unidos e comuns” (HOLYOAKE, 1933 p. 25)

Por conseguinte, esse pioneirismo é atribuído aos guaranis e as Reduções Jesuíticas, defendido pelo padre jesuíta Rafael Carbonell de Masy, que nas décadas de 1980 e 1990 divulgou vários estudos que confirmam sua tese de que as primeiras experiências cooperativas do mundo ocorreram em solo missionário. Ainda, segundo o autor, o complexo cooperativado cuidava da sustentação de cerca de 150 mil índios guaranis e de aproximadamente 1.000 padres, irmãos e técnicos vindos de Portugal e Espanha.

Em seu livro, “A Origem do Cooperativismo”, Perius (2020, p. 33), atual presidente do sistema Ocergs/Sescoop/RS resgata os registros sobre as práticas cooperativas das reduções e afirma que “ a missão dos padres ultrapassava a conversão dos índios e incluía as suas sobrevivências. Tratava-se de gerar alimentos para o sustento das almas e dos corpos desta imensa população, irmanada em 30 reduções cooperativas”. Assim, para o autor, a experiência

desenvolvida pelos jesuítas junto aos povos guaranis tratava-se de uma economia para alimentar os índios, as mulheres indígenas e os homens guaranis inválidos, flechados pelos bandeirantes.

Em síntese pode-se afirmar, com base em diversas pesquisas, que as reduções jesuíticas dos índios guaranis, no período histórico de 1610 a 1767, constituíram-se em cooperativa agroindustrial múltipla, pois visavam atender a todas as necessidades de sobrevivência da população indígena: de consumo, de trabalho, de habitação, de transporte, social, educacional, de crédito, de infraestrutura, de saúde (PERIUS, 2020, p. 33)

Já o padre Rafael Carbonell de Masy e Norberto Levinton (MASY e LEVINTON, 2010), apresentam que a prosperidade das reduções e seu alto grau de organização, é um modelo que possibilitou para os índios guarani, um elevado processo de desenvolvimento, que certamente contribuiu na vida cotidiano, seja, pela produção autossustentável, um mecanismo em que os índios produziam para o consumo interno e exportavam para outras regiões da América e da Europa. Então, há nesta leitura, a possibilidade de encontrar elementos que sustentam as práticas, alimentadas pelos princípios cooperativistas, de forte influência jesuítica, na região.

Portanto, as contribuições de Masy e Levinton (2010), encontram sustentação na contabilidade, nos estudos de Blumers (1992) que pesquisou os registros contábeis das reduções, entre os anos de 1731 e 1767 e os compilou em seu livro “La contabilidad en las reducciones guaraníes”. De nacionalidade paraguaia, Blumers graduou-se em Assunção e realizou parte dos seus estudos de doutorado na Alemanha. Pesquisou na Espanha, Itália, Argentina, Chile e Brasil e constatou que os jesuítas possuíam uma complexa coleção de dados e informações para compor a contabilidade das reduções.

Em seus estudos, Blumers (1992), encontrou registros que comprovam uma gestão cooperativa das 30 Reduções, que mantinham entre si uma gestão financeira solidária, auxiliando umas às outras em momentos de dificuldades. Além disso comercializavam entre si, em conjunto, bem como com outras regiões da América e a Europa, produtos manufaturados como erva-mate, fumo, algodão, móveis, couros, instrumentos musicais, obras de arte, artigos religiosos.

Para Virgílio Perius (2020, p.90)

[...] o sistema cooperativo das reduções jesuíticas dos índios guaranis operava como uma cooperativa de crédito, da agropecuária, do trabalho, da educação, de habitação, de saúde, de transporte, de infraestrutura, de consumo e do social (PERIUS, 2020, p.90).

Portanto, na lógica contemporânea, vários ramos do cooperativismo se fizeram presente neste movimento das Reduções Jesuíticas. Práticas que caracterizam uma ocupação inicial do território, em boa parte, da região Noroeste Gaúcho. Significa a possibilidade, de um

reconhecimento da importância histórica, das experiências desenvolvidas na região, nos séculos XVII e XVIII. Isso leva a crer e ser um berço do cooperativismo, enquanto uma rica experiência, contemplando valores e resultados criando condições para teorizar sobre as contribuições destas experiências para a construção da territorialidade, na região, tendo presentes os três princípios que norteavam as Reduções Jesuíticas: autonomia, inclusão social e a sustentabilidade.

Portanto, tendo presente os três princípios que norteavam as Reduções Jesuíticas, atenta-se para o processo de intercooperação. Para Perius 2020, p.103)

A sã doutrina e a mais exitosas práxis cooperativa afastam a cooperação das cooperativas em 'redomas', por que, há 394 anos, defende-se o princípio da integração cooperativa, pelo qual cada cooperativa transcende seu mundo individual para assumir ações comuns com suas coirmãs (PERIUS, 2020, p.103).

Significa na concepção do autor, de que os princípios do cooperativismo não perdem valor ao longo dos séculos e permanecem atuais, sendo, portanto, atemporais. Um entendimento que se pode estabelecer, ao fazer uma ligação, ao procurar compreender atemporalidade, característica da territorialidade, que está sempre em construção e não pode ser vista como algo acabado. Uma relação semelhante é possível associar a religiosidade, que teve forte presença nos dois períodos da colonização de nossa região.

Para Siedenberg, boa parte, do pensamento religioso, em relação ao trabalho e a propriedade, é sintetizado pelo pensador religioso do século XIII São Thomas de Aquino, que toma como base a tradição aristotélica para fundamentar seus argumentos, tornando-se o grande nome da escolástica.

A sociedade é entendida como um sistema que deve seguir a justiça cumulativa e distributiva, operando na base da cooperação, em que o preço justo deve ser respeitado. Considera que a riqueza e a propriedade não são um mal em si, mas seu uso pode trazer bênçãos ou maldição. O interesse individual deve estar subordinando ao interesse coletivo e o direito de propriedade não pode ser ilimitado (SIEDENBERG, 2012, p.37)

Essa compreensão de Aquino, introduz novos elementos no pensamento religioso, representa uma nova leitura sobre os valores seculares e demonstram uma mudança em relação a outro pensador católico, Santo Agostinho (354-430). Foi um filósofo, escritor, teólogo cristão do norte da África. Defendia que a felicidade só era possível mediante a submissão dos valores seculares aos valores espirituais (SIEDENBERG, 2012), bem como, orientou o pensamento medieval durante quase um milênio.

Atenta-se para o pensamento de Aquino, século XIII, na medida em que neste período, a sociedade encontra-se em bases de transição, dos valores espirituais para os valores seculares,

quando a cooperação e o interesse coletivo são orientados. Significa, embora que façam parte dos valores cristãos, aparecem apenas enquanto orientações, oferecendo ao indivíduo o poder de escolha, embora sem deixar de alertar para as consequências de quem não as seguisse.

Ainda merece registro, um aspecto importante, no pensamento de Aquino, a referência que faz ao preço justo e a limitação de propriedade. Elementos importantes que buscam garantir a equidade e evitar a exploração, fundamentos presentes também na filosofia cooperativa. Assim, o pensamento de Aquino, do século XIII, contribui na construção de novas referências, para as novas ordens religiosas que nascem no contexto de transição vivenciados nos séculos XV e XVI, de forma especial, na Ordem da Companhia de Jesus, ou Jesuítas.

Portanto, ao ser criada a missão específica de reconquistar os fiéis desgarrados pelo protestantismo, catequizar os povos recém colonizados, a Companhia de Jesus trabalha com o lema “Para a Maior Glória de Deus”. Esse olhar fortalece uma visão menos contemplativa da obra da divindade, a compreensão dos homens como continuadores da obra de Deus, um pensamento jesuítico, alimentado pelo filósofo Luiz Molina (1535-1600). Essa concepção, tem especial relevância, uma vez que atribui ao ser humano um papel de protagonista, pois a maneira de glorificar a Deus seria de continuar sua obra original da criação.

Então, é pertinente compreender as origens filosóficas da doutrina jesuítica, um processo que auxilia a elucidar boa parte do pensamento que influenciou a organização social, nos dois momentos em que a região Noroeste Gaúcho recebeu forte influência desta ordem religiosa, seja, nas Reduções Jesuítica nos séculos XVI e XVII ou no processo de colonização dos séculos XIX e XX contribuindo de forma decisiva na formação social do território.

Por conseguinte, buscar a compreensão do movimento religioso, na formação do extrato social no território Noroeste Gaúcho e sua relação como o cooperativismo, indica a possibilidade de registrar, mais uma contribuição, no processo de formação da cultura na região, para além da jesuítica, o pensamento protestante, sobretudo do luteranismo, presente na colonização por descendentes alemães no século XIX e XX.

Assim, entre as contribuições de Lutero, destaca-se a doutrina fundada no trabalho, no culto a uma vida sem ostentação e orientada pelos valores da simplicidade e da discrição aquisitiva (SIEDENBERG, 2012). Significa, uma vocação ao trabalho disciplinado, à poupança a ser desfrutados com discrição, sem ostentação, luxo ou consumo excessivo. Desta forma, a região recebe uma formação econômica, fortemente influenciada pela nova forma de ver o trabalho, a poupança, com investidos em bens de consumo duráveis, fortalecendo o crescimento de empresas e cooperativas e conseqüentemente o crescimento econômico da região.

Atenta-se ao eixo gravitacional, que assevera para as principais contribuições das Igrejas Católica e Luterana, para um processo de formação que transcende a religiosidade, compreendida aqui como “re-ligação” à divindade, mas relacionados as fortes influências no comportamento dos sujeitos sociais que habitaram e habitam a região Noroeste Gaúcho, que compõe o tecido social deste território, na busca do desenvolvimento da região.

Entretanto, faz-se necessário pensar o período que marca o fim das Reduções Jesuíticas na região e a chegada dos colonizadores europeus. Um período que indica um hiato considerável, de cerca de 150 anos, mas que não deixa de cultivar o espírito cooperativo em terras missioneiras. Significa, com o chegar na região, dos imigrantes europeus, sobretudo alemães e italianos, para além de suas experiências de organização comunitária, da religiosidade, seja, católica ou protestante, encontram na região uma cultura com fortes marcas religiosas.

Porém, por um longo período na região Noroeste, foi identificado a ausência do Estado. Uma história que contempla a presença dos indígenas aldeados nas Reduções, que dividiam seu tempo em trabalhos na sua lavoura (Abambaé) e nas terras comuns ou terras de Deus (Tupambaé). Os colonizadores que destinavam horas de trabalho aos mutirões de ajuda às famílias necessitadas e a construção de Igrejas, escolas, clubes sociais e posteriormente, cooperativas e hospitais.

Desta maneira, para compreender melhor o novo processo colonização na região no final do século XIX, início do século XX, é mister um estudo específico, nas principais fontes, entre elas Kreutz (1991). Em sua obra pode-se perceber que esse processo de colonização faz parte de um movimento político-religioso mais amplo, a Restauração católica que se contrapõe aos princípios do liberalismo econômico e os princípios maçônicos dos “Brummer”. Destaca o autor, a importância dos Jesuítas no processo de organização, atuando em várias frentes na organização dos agricultores no que se refere à vida religiosa, social e econômica, em um processo que novamente transcende o papel religioso dos sacerdotes, assim como nas reduções guaraníticas, em busca de uma vida melhor para os cristãos.

O estudo teórico-metodológico desta pesquisa, não apresenta resultados suficiente, para afirmar que existe um elo de ligação entre os jesuítas do período das reduções do século XVII e XVIII, com os dos séculos XIX e XX. Uma questão de estudo que se coloca além dos objetivos do presente estudo, podendo, portanto, ser explorado em pesquisas futuras. Na época colonial, a Missão atribuída à Companhia de Jesus na Contra-Reforma Católica, definida no Concílio de Trento, era enfrentar a expansão do protestantismo e trazer novos fiéis, impulsionando-os para o além-mar, no final do século XIX a tarefa não se apresentava menos desafiadora.

Neste hiato acima referido, a região das Missões, que integra o Noroeste Gaúcho, teve um processo de ocupação que a diferencia do restante do território. Segundo Zarth (1997), os conflitos entre Portugal e Espanha pela delimitação de suas fronteiras coloniais transformaram a região das Missões em objeto de luta pela apropriação de suas terras, sua gente e suas riquezas. Com o fim das Reduções Jesuíticas e do domínio dos portugueses nas Missões, formou-se, na região, um centro de atração de novos estancieiros que recebiam terras de autoridades locais.

Já Martini (1993), em sua dissertação de mestrado, pesquisa o caboclo-camponês “um gaúcho a pé” analisa a população que dá origem a organização social, e, por conseguinte a ocupação do espaço, que se estrutura na região das Missões do Rio Grande do Sul, durante o século XIX. Conforme autora:

[...]elos de uma corrente de relacionamentos ligando núcleos de pequenos proprietários, estáveis em suas datas, ao caboclo itinerante e fugidio, do mato público, nossa outra convicção é de que os sem terras descendentes dos açorianos de „número“ e dos mestiços de sangue puro, constituiriam um caboclo e um camponês sui-generis (MARTINI 1993 p. 152-3).

Esses elos de ligação apresentados pela autora, expressam-se no campo cultural, econômico e político.

Caboclo porque também se internava nas florestas, vivia andejo, grande parte do tempo, {...} camponês, economicamente, porque ligado a pequena propriedade familiar que produzia gêneros de subsistência; politicamente porque envolver-se-ia em relação social de oposição, {...}, contra um adversário comum, o militar-estancieiro, sesmeiro, que visava anexar os ervais, impedindo a passagem dos ervateiros para chegar às florestas reservadas, em suas terras ou adjacências (MARTINI 1993, p. 152-3).

As pesquisas permitem afirmar, que se formou nas Missões, uma sociedade onde conviviam dois modelos diferenciados: o das estâncias e o da atividade extrativa, que, segundo Zarth (1997, p.68) “por vezes complementavam-se, tencionavam-se ou ainda estavam em oposição frontal”. Esse contexto contribuiu para que viessem a predominar, na região das Missões, as médias e grandes propriedades, que exploraram a pecuária de corte, o cultivo do arroz e posteriormente o da soja, bem como, a agricultura familiar.

Uma outra fonte de estudos, encontra-se Becker (2002), que identifica as atividades econômicas da região das missões, como pouco dinâmicas, uma vez que, apresenta pequeno potencial de empregos diretos e indiretos. Ainda, para o autor (2002, p. 68), “o latifúndio caracteriza-se como limitador às ações entre atores políticos, econômicos e sociais, e se manifesta pela falta de uma maior cooperação interinstitucional”.

Portanto, é possível afirmar um certo movimento oposto do que vinha ocorrendo nas regiões de ocupação das colônias, não havia a disputa pela terra, um processo que não configurava como um problema, sua distribuição era feita de forma planejada, de acordo com as necessidades e capacidades de cada núcleo familiar.

Neste sentido, corrobora Rotta (1999, p. 136):

[...] o conflito mais intenso ocorreu no “modelo caboclo”, presente entre os descendentes “nacionais” que eram posseiros de terras devolutas. Para os caboclos, a preocupação com a reprodução da vida, a preservação dos laços da família ampliada e uma relação harmônica com a natureza ocupava o lugar central. O trabalho aparecia apenas como uma dimensão da reprodução da vida, a qual comandava também o uso do tempo, e não como determinante fundamental (ROTTA, 199, p.136).

Estudos realizados que se aproximam da temática, contribuem com as abordagens preliminares da temática. Büttenbender (1995), em estudo explora influências do cooperativismo e associativismo no desenvolvimento da região do Grande Santa Rosa. Em estudo posterior, Büttenbender (2010) aborda o cooperativismo na Região Nordeste do Rio Grande do Sul, contemplando experiências de gestão cooperativa e de promoção do desenvolvimento. Já Rotta, Büttenbender e Hofler (2016) apresentam resultados um detalhamento histórico sobre a presença dos princípios do cooperativismo no Noroeste do Rio Grande do Sul, que aprofunda aportes do período dos séculos XVII à XX, bem como, o período pós colonização com os imigrantes europeus.

Já em Brandão (2004), encontra-se que a divisão social do trabalho passa a ser uma categoria com potencial explicativo, uma indicação básica no processo de investigação pela dimensão espacial do desenvolvimento, na medida em que contempla todos os processos, em todas as escalas. Assim, tem-se presente um complexo campo de pesquisa que pode contribuir na formação do território Noroeste Gaúcho. Significa, a presença de um conjunto de elementos que podem ser a base cultural no processo de ocupação da região, especialmente, pela presença de um número significativo de organizações comunitárias, associativas e cooperativas, que constituem o desenvolvimento da região.

Portanto, ao buscar a compreensão do complexo sistema de organização do território Noroeste Gaúcho, tem-se presente a importância das organizações associativas e cooperativistas, para além, das instituições de ensino, das associações hospitalares, dos empreendimentos empresariais, de cunho comercial. Desta forma, esse conjunto de organizações e instituições, assumiram o papel de protagonismo no desenvolvimento da região,

onde o setor público, de certa forma, apresentou grande fragilidade para dar respostas aos desafios da região.

Poder-se-ia apresentar o protagonismo das organizações e instituições, no processo de desenvolvimento da região, bem como, a significativa presença dos imigrantes, que fixaram residência e, estando longe dos grandes centros, se viram obrigados a se organizar de forma associativa/cooperativa. Portanto, tem-se presente que as necessidades das comunidades locais, se apresentam como mecanismos para buscar soluções aos problemas.

No entanto, há elementos que corroboram com a presença das contribuições religiosas, das experiências oriundas da Europa, mais tarde, das colônias velhas. Esse movimento, fez com que, se estabelecesse um berço de organizações associativas e cooperativas, na região oeste Gaúcho, indicando um certo diferencial no processo de desenvolvimento. Poder-se-ia atribuir ao trabalho coletivo e a cooperação, como práticas enraizadas no cotidiano das famílias colonizadoras, mais tarde, transformadas em organizações formais, que foram conquistando seu espaço, em uma sociedade com grande complexidade, como é a brasileira.

Estudos mais recentes também contribuem com a abordagem da temática relacionando o cooperativismo ao processo de desenvolvimento da região noroeste do Rio Grande do Sul, destacando Büttenbender *et al* (2016); Büttenbender e Sausen (2020), Büttenbender *et al* (2020) e Sparemberger *et.al* (2020). Nesta direção, Büttenbender e Silva (2018, p.03) afirmam que “o cooperativismo, pela sua própria natureza e funcionamento, fundamentos, princípios, valores, crenças, legislação e segmentos, se constitui em movimento, instrumento e estrutura de promoção da inclusão e o desenvolvimento sustentável”.

Assim, pode-se afirmar que a organização econômica, se constitui também, como uma forma e uma filosofia de vida, no mundo da cooperação, especialmente ao desempenhar o papel moderador entre o mercado e o Estado. Significa, que os fundamentos do cooperativismo, desenvolvem um processo harmônico, em distintos sistemas político-econômicos, para ocupar de forma estratégica seu espaço na sociedade.

Ao adentrar no processo de ocupação do espaço, pode-se registrar que as cooperativas do ramo da infraestrutura, de eletrificação atuam em regiões, inicialmente, sem cobertura da rede pública, atualmente atendem mais de 70 mil famílias. Outro exemplo são as cooperativas de produção, que comercializam a maior parte da produção agrícola, bem como, oferecem assistência técnica e venda de insumos. Ambos os segmentos possuem mais de 50 anos de história na região e deram uma contribuição imensa para o desenvolvimento das comunidades locais. Para além, a região tem uma aderência forte com o cooperativismo de crédito, na medida

em que exercem um papel essencial no acesso ao crédito, sobretudo, na área rural, especialmente a partir da criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Governo Federal.

No entanto, há que se registrar, somente nos anos de 1990, a agricultura familiar recebeu a atenção das políticas públicas. Por um longo período, identifica-se dois momentos em que o Governo Federal adotou estratégias de desenvolvimento no campo. Um processo que de certa forma, fez uso das cooperativas como instrumentos decisivos para a consecução da política econômica. Na década de 1970, com a “Revolução Verde”, o governo militar adotou a prioridade do Brasil ser um agroexportador de matérias-primas. Nesse período, as cooperativas tritícolas, em alguns casos as mistas, receberam incentivos públicos para realizar a assistência técnica, para incorporar novas tecnologia de produção, a escolha pela monocultura do binômio trigo-soja, bem como, para construção de silos de recebimento de grãos. A estratégia do governo deu certo em grande medida, pelo sucesso do trabalho das cooperativas, que inclusive construíram as bases para um processo de busca de novas fronteiras agrícolas, inicialmente no Paraná e, posteriormente, no centro-oeste, norte e nordeste do Brasil.

Já as cooperativas de eletrificação rural, neste mesmo período, receberam concessão para levar as redes para a zona rural, onde o poder público não tinha prioridade de investir e iniciativa privada não demonstrava interesse. Assim, as cooperativas cumpriram um papel estratégico e foram eficientes, embora com muitas dificuldades iniciais, pela falta de políticas públicas de incentivo para o setor.

Já nos anos de 2000, as cooperativas de crédito experimentaram um forte crescimento, em função da nova estratégia governamental, de garantir acesso ao crédito para os agricultores de economia familiar. Um processo que indicava a necessidade de investir na modernização das propriedades agrícolas. Assim, com o crédito do Pronaf, esse processo evoluiu de 2,1 bilhões no ano agrícola de 2000/2001 para 11,5 bilhões no ano de 2010/2011 (SANTOS, 2016). Esse movimento impulsionou as cooperativas de crédito existentes e permitiu o surgimento de novas. Foi a existência e o protagonismo destas organizações cooperativadas, aliada a organização bem articulada, com os movimentos sociais e sindicais, que permitiu as políticas públicas na agricultura familiar, com presença marcante na região Noroeste Gaúcho.

3 Caminhos metodológicos

Os caminhos metodológicos, são indispensáveis em uma pesquisa, indicam os

procedimentos racionais e sistemáticos, que tem por objetivo apresentar respostas aos desafios propostos, que contam com informações insuficientes frente a realidade (GIL, 2008). Significa que a pesquisa, é um processo de busca, de tratamento e transformação de informações, pelas regras fornecidas pela metodologia, sustentado por fundamentações teóricas.

Desta forma, pode-se descrever os caminhos metodológicos, como sendo um “[...] conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento” (ANDRADE, 2006, p.129). Assim, atenta-se para estudos científicos, para os quais as pesquisas contam com diferentes métodos, o que permite múltiplos olhares sobre os objeto de insvestigação.

Portanto, o presente estudo conta com as orientações de Gil (2010), contemplando uma pesquisa de caráter qualitativo, bibliográfico, documental e descritivo. A pesquisa bibliográfica, para Lakatos e Marconi (2007), contempla um referencial teórico, que já se tornou público e serve como lente para a compreensão de determinado fenômeno.

Nesta direção, o estudo conta com as análises documentais, que para Collis e Hussey (2005), podem contribuir na compreensão dos princípios e normas que regem o comportamento de um determinado grupo, ao buscar a compreensão das relações que se estabelecem entre diferentes subgrupos, que, neste estudo, significa verificar a organização cooperativa em diferentes momentos históricos e contextos sociais e culturais na região Noroeste Gaúcho.

De certa forma, poderia se afirmar que essa pesquisa se aproxima de um estudo de caso, ao verificar a região Noroeste Gaúcho. Que na compreensão de Yin (2001), um estudo de caso, descreve como surge e se apresenta uma investigação, do desejo dos pesquisadores em compreender fenômenos sociais, que neste estudo são as organizacionais cooperativadas.

Em Denzin e Lincoln (2006), encontra-se referencias para tabalhar a pesquisa qualitativa, enquanto uma atividade situada, que localiza os observadores no mundo e trabalha com um conjunto de práticas, materiais para contribuir nas interpretações, que podem visibilizar estudos, na tentativa de entender o fenômeno a ser investigado. Por consguinte, ao verificar a prática social, que neste estudo é o mundo da cooperação, como elemento constituinte de um determinado território, a pesquisa qualitativa possibilita diagnosticar a temática, trabalhando-a de forma mais precisa, em um ambiente de contradições, que estão presentes no modo de produção capitalista

Para tanto, Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998), indicam que as pesquisas qualitativas oportunizam um enorme volume de dados que precisam ser organizados e compreendidos. Essas informações frequentemente exigem novas fontes de pesquisas e

leituras complementares para ampliar a capacidade interpretativa, o que de certa forma contou neste estudo, com a busca teórica sobre a temática, na sequência se fez uso da análise dos resultados, elaborada com a técnica descritiva e pela Análise de Conteúdo (BARDIN, 2010), para evidenciar a objetividade do comportamento das comunidades, pela organização cooperativada, religiosa, enquanto resposta a um estímulo com o máximo de rigor e cientificidade.

4 Análise e discussão dos resultados

Ao estabelecer as análises e as discussões dos achados pela pesquisa, busca-se inicialmente em Saquet (2008), o que se pode entender por território. É uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades. Assim, o autor diferencia o território do espaço geográfico, a partir de três características ontológicas: as relações de poder; as redes e as identidades. Saquet (2008) defende que há territórios e territorialidades sobrepostas e em redes. Portanto, há as redes nos territórios e territórios em redes, bem como, movimento do território e das redes, que permeiam as territorialidades humanas, em múltiplos, históricos e relacionais processos.

Neste caminho, Saquet (2008), apresenta a importância, a centralidade no homem, na efetivação dos territórios e das territorialidades, como síntese e mediação entre a sociedade e a natureza. Há uma combinação de territorialidades e temporalidades, de mudanças e de continuidades no tempo e no espaço.

Esse entendimento oportuniza reflexões para compreender o modelo de organização social, a cooperação, na formação do espaço e na constituição do território na região Noroeste do Rio Grande do Sul. As experiências de cooperação se materializaram e se efetivaram, na história regional e aparentemente podem não ter uma conexão direta entre si, mas isso não diminui os desafios para a pesquisa. Tem-se presente que as contribuições do cooperativismo para o desenvolvimento da região foram e são importantes. Porém, apontam desafios que não só indicam a necessidade de pesquisa sobre o passado da região, muito pelo contrário. Continuam merecendo atenção dos pesquisadores em um novo contexto de economia multiescalar globalizada e de profundas mudanças no mundo do trabalho.

Na abordagem de Rotta (1999), encontra-se um elemento importante, que pode ser determinante para qualquer sociedade: o papel e o significado atribuído ao trabalho.

O modelo adotado com a colonização [europeia], baseado na economia familiar, agrícola, industrial e comercial, convivia numa tensa relação com o modelo das estâncias e com o modelo caboclo. A família, a comunidade, a religião, a educação formal, o respeito à tradição e a ajuda mútua eram valores estruturantes das relações sociais entre os imigrantes europeus (ROTTA 1999 p. 136).

No entanto, como a região Noroeste Gaúcho, está inserida nas profundas mudanças da sociedade, onde o ambiente de trabalho conquista cada vez mais, um elevado grau de complexidades, em seu desenvolvimento, assim, surgem novas organizações na agricultura familiar, nos trabalhadores urbanos, dos empreendedores, seja, no crédito, na produção e comercialização de seus produtos e serviços.

Neste sentido, merece registro as advertências de Brandão (2012), que chama a atenção para as potencialidades e os limites das iniciativas de desenvolvimento endógeno, bem como, o necessário e indispensável papel do Estado. Defende o autor, a necessidade urgente do resgate das determinações estruturais para se pensar a dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista. Significa, um olhar que contrapõe à supervalorização do espaço local ou regional, sustentada na crença de que os atores locais de forma conjunta e harmoniosa, por si só, não são suficientes para promover o desenvolvimento. Apresenta, a necessidade de resgatar com clareza as forças determinantes na lógica do capitalismo, que são exógenas.

Afirma Brandão (2012), que o sistema capitalista, passa a aprofundar e complexificar cada vez mais, a divisão social do trabalho, em todas as dimensões, especialmente no capital. Por conseguinte, reforça o autor, que nenhuma escala, por si só, é melhor ou pior, mas ganham nova significação em cada momento histórico.

Assim, tem-se presente que a divisão social do trabalho pode ser a categoria explicativa básica da investigação da dimensão espacial do desenvolvimento. Nesta direção Brandão (2012), aponta a categoria divisão social, que permeia todos os processos, em todas as escalas, passa a ser uma categoria mediadora, indicada para pesquisas que buscam a compreensão da heterogeneidades, hierarquias e especializações intra e inter escalas.

Portanto, significa ter presente o papel e a importância das cooperativas no processo de desenvolvimento do território, na região Noroeste Gaúcho. As cooperativas são, ao mesmo tempo, uma força endógena alicerçada na capacidade de organização local do trabalho, como também, carregam a versatilidade de incorporar fatores externos, seja, pelas forças do mercado ou do Estado. Podem se adaptar a vários cenários, pois são organizações autogestionárias, alicerçadas nos princípios cooperativistas, na democracia, incorporando os anseios e necessidades do quadro social.

5 Considerações finais

O artigo apresenta as contribuições do processo de organização social, de forma pontual, o associativismo/cooperativismo, na formação territorial da região Noroeste Gaúcho. Tem-se presente que dos pontos centrais, de partida, de que o território é articulado pela presença de um conjunto de ações, que impactam no movimento da sociedade, em suas múltiplas formas de organização. Neste olhar, está presente a organização cooperativista, que a cada período histórico, exerce um protagonismo, em um movimento de mediação entre o mercado e o Estado, onde a organização social passa a ser um elemento importante no processo de formação da territorialidade, uma caminhada no desenvolvimento da região Noroeste Gaúcho.

Desta forma, o estudo permitiu um entendimento sobre o território, as territorialidades e a contribuição das ideias e experiências cooperativas na formação do processo de desenvolvimento da região. Ao caracterizar os diferentes sujeitos sociais e os conflitos entre culturas, trouxe à reflexão a importância dos sujeitos e a cultura na constituição dos territórios, que remete para um olhar especial, de como se dá a divisão social do trabalho, na região, na medida em que essa categoria se faz presente em todos os processos, em todas as escalas, para compreender a heterogeneidades, hierarquias e especializações intra e inter escalas

Embora se tenha presente, que nenhuma escala, por si só, é melhor ou pior, no entanto, apresenta novos significados em cada momento histórico, seja, no modelo de colonização europeia, fundamentado na economia familiar e agrícola, em que se apresentavam conflitos com as estancias e o modelo caboclo. Seja, na organização da vida religiosa, no processo de educação formal, nas relações de ajuda mútua, bem como nas organizações de associações e cooperativas na região, porém, merece registro, a centralidade no processo está no homem, na efetivação dos territórios e das territorialidades, bem como, o cooperativismo trabalha a mediação entre a sociedade e a natureza, onde a organização dos empreendimentos cooperativados realiza a mediação ente o mercado e o Estado.

Por fim, as ações dos atores regionais, presentes nas organizações cooperativadas, em um movimento solidário com os movimentos sociais e sindicais, fortaleceu um conjunto de políticas públicas na agricultura familiar, com presença marcante na região Noroeste Gaúcho. Desta forma, entende que pesquisas sobre o desenvolvimento endógeno e exógeno, o papel do Estado e a força do mercado permanecem nas principais agendas de pesquisa.

Referências

- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. (1998) **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2.ed. São Paulo: Pioneira.
- ANDRADE, M.M. de. (2006). **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas.
- BARDIN, L. (2010). **Análise de conteúdo**. Edições 70, Lisboa – Portugal.
- BECKER, D.f. (Org.). (2002) **Pró-RS II – por uma organização social pró-desenvolvimento do Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC.
- BLUMERS, T. (1992) **La contabilidad en las reducciones guaraníes**. Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica.
- Botelho, L.L.R.; SCHERER, L.; SCHOMMER, J.A.; DIECHETI, H.; WUERGES, A. F. E. Catadores de Materiais Recicláveis no Município de Cerro Largo (RS): perspectivas através do trabalho e o papel da ITCEES - UFFS (Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária). **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS** - v. 14, n. 1, jan./jun. 2017. p.59-77.
- BRANDÃO, C. (2012). **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Editora Unicamp, Campinas-SP.
- BRANDÃO, C.R. (2004). Sobre a tradicionalidade rural que há em nós. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez M. (Orgs). **O campo do Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra.
- BRANDÃO, H.P.; GUIMARÃES, T.A. (2001) **Gestão de competências e gestão de desempenho: tecnologias distintas ou instrumentos de um mesmo constructo?** Revista de Administração de Empresas, v. 41, n. 1.
- BRULE, D.M.V.; FERREIRA, I.H.R.D.S.; NASCIMENTO, D.C.(2018) **Reflexões sobre o conceito de desenvolvimento de uma perspectiva multidimensional**. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional. FURB, Blumenau.
- BÜTTENBENDER, P.L. (1995) **Influência do Cooperativismo e Associativismo no Desenvolvimento da Região do Grande Santa Rosa**. Revista Perspectiva Econômica/ Unisinos. nº 36, p.99 – 142.
- BÜTTENBENDER, P.L.; HOFER, C.E.; RIFFEL, A.C.; BÜTTENBENDER, B.N. (2016) Formação de liderança, gestão e desenvolvimento: testemunhos e legados de uma história no noroeste gaúcho In: **Liderança na empresa e no empreendedorismo feminino**. Porto Alegre, RS: Conceito, v.1, p. 70-118.
- BÜTTENBENDER, P.L.; SAUSEN, J. O. (2020). **Innovative development management practices in a border region: a constructproposal of innovative governance and territorial development**. Revistabrasileira de gestão e desenvolvimento regional. v.16, p.446 - 458.
- BÜTTENBENDER, P.L.; SAUSEN, J. O.; BÜTTENBENDER, B.N.; SPAREMBERGER, A. (2020). **Alianzas estratégicas y prácticas cooperativas que promueven la inclusión y el desarrollo territorial: Propuesta de un constructo de gobernanza cooperativa y territorial**. Revista REDES. v.25, p.1676 - 1697.
- BÜTTENBENDER, P.L.; SILVA, A.R. (2018). **Estudo sobre as práticas cooperativas, crescentes desafios e potencialidades na promoção da inclusão econômica e social e do**

desenvolvimento sustentável a partir de cooperativas de crédito. XXIII Jornada de Pesquisa, Salão do Conhecimento, UNIJUI.

BÜTTENBENDER, PL. (2010) **Cooperativismo na Região Nordeste do Rio Grande do Sul:** experiências de gestão cooperativa e de promoção do desenvolvimento. Porto Alegre/RS: Editora SESCOOP/RS.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. (2005) **Pesquisa em administração** 2.ed. Porto Alegre: Bookman.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (2006) Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed.

FERNANDES, D.M.M. ; KARNOPP, E. Cooperativismo: evolução histórica e contribuições para os processos organizativos de cooperativas de agricultores familiares praticantes da agroecologia. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional** - Faccat - Taquara/RS - v. 14, n. 1, jan./jun. 2017. p.133-155.

GHIDORSI, J.D.B.; MUELLER, A.A.; ALLEBRANDR, S.L.; RIBAS, T.A.M. Economia solidária no desenvolvimento: perspectivas a partir da importância da reciclagem de resíduos sólidos. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional** - Faccat - Taquara/RS - v. 18, n. 4, out./dez. 2021. p. 94-118.

GIL, A. C. (2008) **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas.

GIL, A. C. (2010). Como **elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas.

HOLYOAKE, G.J. (1933) **Os 28 tecelões de Rochdale** - História dos probos pioneiros de Rochdale, Rio de Janeiro; GB.

KREUTZ, L. (2004) **O professor paroquial:** magistério e imigração alemã. Seiva Publicações, Pelotas.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. (2007) **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed.5. reimp. São Paulo: Atlas.

MARTINI, M. L. (1993) **Sobre o caboclo-camponês, “um gaúcho a pé”.** 1993. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre (RS).

MASY, R.C.; LEVINTON, N. (2010) **Un pueblo llamado Jesús.** Editora: Fundación Paracuaria.

PERIUS, V.F. (2020). **As origens do cooperativismo,** Editora SESCOOP, Porto Alegre.

QUAINI, M. (2010) **Marxismo e Geografia.** Paz e Terra, Rio de Janeiro.

RAFFESTIN, C. (1993). **Por uma geografia do Poder.** São Paulo: Ática.

RAFFESTIN, C. (2004) Immagini e identità territoriali. In: **Dematteis, G. e Ferlaino, F.** Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento. Torino: IRES.

RAFFESTIN, C. (2008) A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: Saquet, M. e Sposito, E. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular.

ROTTA, E. (1999) **A construção do Desenvolvimento:** análise de um modelo de integração entre regional e Global. Ed. Unijuí, Ijuí.

- ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P.L.; HOFLE, C.E. (2016) A presença dos princípios do cooperativismo no Noroeste do Rio Grande do Sul: revisitando a tradição histórica. In: **Fronteira Sul: Olhares e Perspectivas**. Porto Alegre: Insular, p. 62-86.
- SACK, R. (1986) **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press.
- SANTOS, H.F. (2016) **Modernização seletiva da agricultura brasileira e a expropriação socioeconômica do campo**. Revista CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 11, n. 24, p. 231-261, ago.
- SANTOS, M. (1980). Por **uma geografia nova**. SP: Hucitec.
- SANTOS, M. (1996a) **Metamorfoses do espaço habitado**. SP: Hucitec.
- SANTOS, M. (1996b) **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, M. (1997) **A natureza do espaço**. SP: Hucitec.
- SAQUET, M.A. (2003) Os tempos e os territórios da colonização italiana. Porto Alegre: EST Edições, 2003 (2001).
- SAQUET, M.A. (2004) O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: Saquet, M.A.; Sposito, E.R.; Ribas, A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE.
- SAQUET, M.A., SPOSITO, E.S. (2008). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos (organizadores)** São Paulo: Expressão Popular: UNESP.
- SIEDENBERG, D.R. (Org.) (2012). **Desenvolvimento sob múltiplos olhares**. Editora Unijuí, Ijuí.
- SILVA, A.; GAZOLLA, Márcio. Agroindústrias rurais e o desenvolvimento regional: uma análise comparativa entre os estados da Região Sul do Brasil. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v. 18, n. 4, out./dez. 2021. p. 231-255.**
- SPAREMBERGER, A.; BÜTTENBENDER, B.N.; PERDONSINI, D.; ZAMBERLAN, L.; BÜTTENBENDER, P.L. (2020). **Ativos e aportes do cooperativismo ao desenvolvimento regional: um olhar regional, do local para o global**. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas. v.7, p.230 - 242.
- TURRI, E. (2002) **La conoscenza del territorio**. Metodologia per un'analisi storico-geografica. Venezia: Marsilio.
- Yin, R. K. (2001) **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi - 2.ed.- Porto Alegre: Bookman.
- ZARTH, P. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí (RS): UNIJUI, 1999.